



Nunes (MDB) consultará o Supremo Tribunal Federal

Nunes vai ao STF avaliar contrato de Wi-Fi ainda investigado

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta sexta-feira (11) que pretende consultar o ministro Flávio Dino, do STF, para avaliar se deve romper o contrato de Wi-Fi firmado com o Instituto Conhecer Brasil. A entidade é investigada por suspeitas de irregularidades e desvio de recursos públicos. Ricardo Nunes disse que a Prefeitura de São Paulo não identificou problemas no acordo e aguarda informações antes de decidir. O contrato previa 5 mil pontos de internet gratuita em comunidades da capital paulista, mas 3.200 foram entregues. Com aditivos no contrato, o valor chegou a R\$ 157,1 milhões. A Polícia Federal apura vínculos entre verbas recebidas pelo instituto e uma produtora ligada à dirigente da organização. A Prefeitura de São Paulo informou que os pontos de Wi-Fi instalados permanecem ativos e disse que cumprirá determinações judiciais.

Câmara entrega honraria ao Cedes em SP

A Câmara Municipal de São Paulo entregou, na última quinta-feira (10), a Salva de Prata ao Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes). Essa honraria foi concedida em sessão solene realizada no Plenário 1º de Maio. O Cedes é uma associação sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e ao debate de temas jurídicos, econômicos e sociais. A instituição atua há 22 anos na produção de estudos e na promoção de cursos, seminários e publicações voltados a temas que afetam a sociedade brasileira.



Salvas ao Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

Trajetória da Aclasp ganha destaque na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo realizou, na última quinta-feira (10), uma solenidade dedicada à Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo (Aclasp). Criada em 2015, a instituição desenvolve atividades voltadas à divulgação da cultura brasileira, à valorização de talentos e ao apoio a manifestações artísticas e culturais na capital paulista. A cerimônia teve o apoio da vereadora Edir Sales (PSD) e reuniu representantes da entidade, convidados e profissionais de diferentes áreas na sede do Legislativo paulistano.

Posse de novos membros reúne homenagens

A programação incluiu homenagens, entrega de medalhas e diplomas e a posse de novos integrantes da Aclasp. Entre os participantes estava o ex-nadador e palestrante Fernando Scherer, conhecido como Xuxa. O encontro apresentou a atuação da academia em iniciativas ligadas às ciências, às letras e às artes. O evento ocorreu na Câmara de SP e reuniu membros da instituição e convidados para a cerimônia.

Sarampo na capital

Vila Medeiros, na zona norte, concentra mais casos de sarampo registrados na cidade de São Paulo em 2026. O bairro soma seis das 29 ocorrências confirmadas na capital. Também houve diagnósticos em Vila Maria, Vila Guilherme, Capão Redondo, Água Rasa, Sapopemba, Jabaquara e Jaçanã. Do total, 27 casos ocorreram em SP.

Vila Medeiros lidera

Dois casos foram importados da Bolívia e da Guatemala. Os registros mais recentes envolvem uma bebê de sete meses, com vacinação incompleta, e um homem de 28 anos vacinado. A primeira cadeia de transmissão, relacionada aos casos importados, foi encerrada, enquanto outras três cadeias permanecem sob investigação.

Vacinação ampliada

A vacinação ampliada continua em Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros. Bebês de seis a 11 meses podem receber a dose zero em todas as Unidades Básicas de Saúde. A aplicação adicional não substitui as doses previstas no calendário regular de vacinas aos 12 e 15 meses. São Paulo é o único estado com surto ativo da doença no país.

Estação Jaguaré

A Prefeitura de São Paulo entregou nesta sexta-feira (11) a Estação de Transferência Jaguaré, criada para reorganizar o transporte dos resíduos coletados nos bairros da capital. O equipamento recebeu investimento de R\$ 180 milhões e tem capacidade para processar até 2 mil toneladas por dia, provenientes de 148 setores de coleta.

Resíduos transportados

Na unidade, os resíduos transportados por caminhões compactadores são transferidos para carretas de maior capacidade. Os veículos seguem posteriormente para um aterro sanitário licenciado em Caieiras, na Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com a concessionária Loga, cada carreta substitui três caminhões compactadores.

Nova logística

A substituição se dá no contexto do trajeto até o aterro. A medida visa reduzir a circulação de veículos pesados, além do consumo de combustível e os impactos da coleta no trânsito. A estação atenderá a coleta produzida por cerca de 1,3 milhão de moradores. A estimativa é economizar cerca de 2,5 mil litros de diesel por dia com a nova logística.



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Edital para terceirizar gestão de escolas é suspenso

Previsão era repassar a gestão de três unidades municipais a entidades

Da **Redação**

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve suspenso o edital da Prefeitura que prevê a transferência da gestão de três escolas municipais de ensino fundamental para organizações da sociedade civil. Com a decisão, o processo de seleção das entidades permanece interrompido enquanto a legalidade do modelo é analisada.

O chamamento público foi lançado pela Secretaria Municipal de Educação em julho. A proposta abrange unidades localizadas nos distritos de Parelheiros e Pedreira, na Zona Sul, e Jaraguá, na Zona Norte. O investimento previsto é de R\$ 102,8 milhões por cinco anos.

Pelo modelo apresentado, as organizações selecionadas assumiriam atividades pedagógicas, administrativas e de infraestrutura. Entre as atribuições estariam a contratação e o pagamento de diretores, coordenadores, professores e outros funcionários. As escolas continuariam integradas à Prefeitura, com atendimento gratuito e financiamento público.

A suspensão foi determinada inicialmente em agosto pelo desembargador Marcelo Semer, da 10ª Câmara de Direito Público do TJ-SP. A medida interrompeu o andamento do edital antes da formalização de con-

tratos. A decisão é provisória e não representa julgamento definitivo sobre a constitucionalidade ou a legalidade.

O processo teve origem em ações apresentadas pelo Ministério Público de São Paulo, pela Defensoria Pública e por entidades ligadas aos profissionais da educação. Os autores questionam a transferência de funções pedagógicas para instituições privadas e a possibilidade de contratação de trabalhadores sem concurso público.

A Prefeitura afirma que o projeto não configura privatização do ensino porque as unidades permaneceriam públicas e vinculadas à Secretaria Municipal de Educação. As organizações participantes deveriam ser sem fins lucrativos e estariam sujeitas a metas, fiscalização, prestação de contas e acompanhamento do município.

O Executivo compara a proposta às parcerias utilizadas na educação infantil, na manutenção de creches conveniadas. O edital suspenso alcança escolas de ensino fundamental e inclui a administração de atividades ligadas ao trabalho pedagógico.

Com a suspensão mantida, nenhuma organização poderá ser contratada enquanto a ordem estiver em vigor. A análise do mérito deverá definir se o formato previsto respeita normas do ensino público.